Revista Brasileira de Sociologia | Vol. 07, No. 15 | Jan-Abr/2019

Apresentação ao Dossiê Burocracias, Cotidiano e Valores

Simone Magalhães Brito*
Patrice Schuch**

Este Dossiê busca explorar o cotidiano e as rotinas de produção das burocracias através de enfoques microssociológicos e/ou etnográficos. Sua ideia principal é confrontar as perspectivas de cunho normativo sobre a produção do Estado, enfocando as práticas e lógicas de justificação que borram os limites- próprios ao tipo ideal weberiano - entre política e burocracia.

Em suas aulas sobre o Estado, Bourdieu afirma que o "herói burocrático é alguém cuja função maior é permitir ao grupo continuar a crer no oficial" e desenvolve uma problematização do Estado como uma ficção, uma crença no consenso sobre certo número de valores. Na sua perspectiva, um dos problemas da Sociologia Política é tomar o Estado em sua forma fetichizada, esquecendo que o "oficial" é resultado de um conjunto de disputas. Apesar de suas diferenças, o sentido geral da perspectiva bourdieusiana, especialmente em sua crítica às perspectivas idealistas e legalistas, pode ser relacionado com tendências recentes que analisam o Estado e as tecnologias de governo através das disputas e projeções de valores morais-direcionando a pesquisa para o cotidiano das práticas de governo e suas rotinas e instrumentos (Scott, Wacquant, Comaroff e Comaroff, Fassin, Gupta). O que está em jogo

* Doutora em Sociologia pela Lancaster University, Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

** Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professora Adjunta do Departamento de Antropologia, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

é compreender como as ficções e valores, as projeções e imaginação de uma ordem justa, se tornam efetivas. Assim, a compreensão sociológica se move para uma problematização do poder estatal e das burocracias onde se torna necessário conhecer as práticas de validação de seu discurso, a construção de redes de apoio ao seu estabelecimento e a geração de gramáticas morais que pretendem organizar a vida pública, assim como os modos pelos quais movimentos e práticas de sua contestação e/ou resistência são efetivados.

Há uma longa e vigorosa tradição de pesquisas sobre burocracia no Brasil que não podemos mapear aqui[3], mas acreditamos ter reunido uma amostra interessante de pesquisas atuais sobre a construção do Estado através de seus agentes em interação e também sobre as diversas formas de dar eficácia a suas ficções e valores. A leitura dos artigos permitirá perceber a importância do diálogo entre Sociologia e Antropologia para essa perspectiva. É claro que um elemento central nesse diálogo será a etnografia, mas destacamos também outros problemas importantes sendo compartilhados que apontam para as raízes comuns entre as duas ciências: os esquemas de classificação, os modos de gestão e controle da temporalidade, as gramáticas e projeções de comunidades morais.

Como o leitor verá, o artigo de Fernanda Melo da Escóssia analisa a experiência de pessoas sem documentos tentando obter sua certidão de nascimento num serviço gratuito dentro de um ônibus no centro do Rio. Seguindo o insight bourdieusiano de que as formas de espera ajudam a compreender as conexões entre tempo e poder, essa etnografia lança luz sobre como, às margens do Estado, as rotinas de busca e espera por documentos produzem e reforçam formas de exclusão. Através da ideia de 'síndrome do balcão', o artigo não apenas sintetiza uma experiência recorrente dos mais pobres no contato com a burocracia como também permite pensar o papel da peregrinação e espera no reforço de lógicas de dependência e controle.

Por sua vez, ao analisar processos de mediação de regularização fundiária realizados na periferia de São Paulo, o artigo de Moisés Kopper e Isabella Hay Ide demonstra como o trabalho de uma start-up reordena lógicas burocráticas normalmente associadas ao Estado, criando novos procedimentos, racionalidades e dispositivos para governo da pobreza. A ideia de "burocracias cotidianas"

3 Ver: LOUREIRO, M. R.; ABRUCIO, F. L.; PACHECO, R. S. *Burocracia e política no Brasil: desafios para o Estado democrático no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010 e PIRES, R. (Org.); LOTTA, G. S. (Org.) ; OLIVEIRA, V. E. (Org.) . *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas.* 1. ed. Brasília: IPEA/ENAP, 2018.

apresenta um interessante caminho de pesquisa que permite entender a articulação entre a temporalidade da espera e a organização de sentidos morais.

O artigo de Talita Eger, Arlei Damo e Letícia Schabbach analisa as dinâmicas de produção de decisões e valores morais entre os agentes de implementação do Programa Bolsa Família e seu público alvo. Através de uma etnografia realizada em um município da Região Metropolitana de Porto Alegre, os autores focam nos assistentes sociais como "burocratas de linha de frente" (Lipsky) e demonstram como o processo de implementação dessa política é marcado por um jogo de negociações e performances para definição de pobreza e, especialmente, como os marcadores - "pobres", "muito pobres", "vulneráveis", "sujos" -, adquirem sentido e importância.

Também tratando do papel dos burocratas na operacionalização de políticas públicas, o artigo de Annabelle Vargas e Mauro Macedo Campos analisa as relações entre cuidado e medicamentalização num CAPSad. Mesmo afirmando a necessidade de perspectivas desmedicalizantes, os burocratas estudados, através da ideia de *"trocar uma droga por outra",* priorizam as lógicas de contenções químicas como ferramenta de cuidado às pessoas que usam álcool e outras drogas, reforçando o adestramento dos corpos.

A partir da experiência de tribunais do júri em casos de homicídio afetivo-conjugal, as autoras Marcela Zamboni, Helma Oliveira e Emylli Tavares do Nascimento discutem a instância burocrática judicial como uma esfera dinâmica e tensa, marcada por disputas e projeções de sentidos morais. Mais do que simples executantes das formalidades da lei, os operadores jurídicos tensionam moralidades e subjetividades. Nesse sentido, o trabalho demonstra, a partir do cotidiano dos tribunais, a conexão entre rotinas burocráticas e a manipulação de convenções morais sobre gênero e sexualidade.

O artigo de Otávio Ventura apresenta a formação de um espaço no campo burocrático brasileiro: as *Carreiras Típicas de Estado.* Através da análise etnográfica de documentos, somos apresentados a um exemplo de como os modos de ação na elite do serviço público se dá "de formas que não remontam a uma mera lógica hierárquica piramidal" e, especialmente, ao peso das rotinas de justificação moral no campo burocrático. Ao construir a ideia de tais carreiras e se opor a "governos da hora", associações de "planejadores, auditores, delegados, procuradores, defensores, diplomatas, fiscais, reguladores, entre outros" buscam alterar o funcionamento do poder político e assumir um lugar de protagonismo projeção do Estado.

No mesmo caminho de análise das disputas no campo burocrático, o artigo de Simone Brito também analisa a experiência moral de auditores num órgão de controle interno para tratar de uma economia moral da burocracia em que os sentidos de virtude e desinteresse se tornam um capital importante nas disputas sobre a 'divisão do trabalho da dominação' (Bourdieu). As rotinas de engajamento moral no combate à corrupção diminuem o interesse nos modelos técnicos e permitem a vivência da burocracia como uma agonística, uma tentativa de produzir sentidos de autenticidade.

Também com foco nos valores morais que organizam o cotidiano do campo burocrático, o artigo de Ana Karolina Rosas estuda o caso de uma Controladoria Geral. Sua experiência demonstra os processos de tradução de uma "cultura de auditoria" em um cenário local, destacando a centralidade dos ideais de "moralização" e de "decência" nas interações entre agentes do Estado, performando no nível local o projeto de "guerreiros da transparência", que precisam vencer uma grande batalha moral contra a corrupção.

O trabalho de Letícia Schwarz e Marco Antonio Acco dá continuidade a problematização sobre valores e engajamento político ao analisar a percepção de agentes públicos federais sobre a participação de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na implementação de políticas públicas. Diferentemente da ideia de que a contratualização com OSCs seria resultante da falta de capacidade do Estado de prover serviços, a pesquisa encontra um tipo de burocrata que orienta suas ações pela valorização da participação e debate com a sociedade civil. Engajados no debate sobre as burocracias ativistas (Abers), os autores desenham e tensionam as categorias 'burocrata ativista' e 'burocratas técnicos', demonstrando como percepções e valores dos membros da burocracia pública "interferem nas disposições, nos mecanismos de facilitação, nos recursos mobilizados, nos instrumentos de controle, enfim, em aspectos cruciais da vida prática das interações Estado-Sociedade".

Por fim, acreditamos que, na medida em que as práticas burocráticas podem ser consideradas tecnologias de governo, seu estudo contribuirá para a compreensão dos meios envolvidos na construção de novas éticas em relação à formação de sujeitos e da cidadania no Brasil e seus sentidos e/ou contestações. Também esperamos que estes retratos da burocracia em ação possam contribuir para a compreensão das redefinições recentes no campo do poder brasileiro, suas tensões e valores em disputa.